



PANORAMA DA PRODUÇÃO INTELECTUAL INDÍGENA NA AMAZÔNIA:

um diálogo com as políticas públicas e ações afirmativas

Célia Regina Simonetti Barbalho

<https://orcid.org/0000-0002-4657-9156>.

simonetti@ufam.edu.br.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |

<https://ror.org/02263ky35> | Manaus, Brasil.

Kelly Rahana Macedo Santana

<https://orcid.org/0000-0003-4134-059X>.

kellyrahana@outlook.com.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |

<https://ror.org/02263ky35> | Manaus, Brasil.

Raquel Santos Maciel

<https://orcid.org/0000-0003-0086-9198>.

raquelmaci@ufam.edu.br.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |

<https://ror.org/02263ky35> | Manaus, Brasil.

Simone Santos de Freitas

<https://orcid.org/0000-0003-1583-5417>.

simone.freitas21@gmail.com.

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC/AM) |

(não consta) | Manaus, Brasil.

Suely Oliveira Moraes Marquez

<https://orcid.org/0000-0001-8781-5349>.

suelymoraes@ufam.edu.br.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |

<https://ror.org/02263ky35> | Manaus, Brasil.

Vitor Conrado Melo Rabelo

<https://orcid.org/0009-0004-3412-8421>.

vitorc.mrabelo@gmail.com.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |

<https://ror.org/02263ky35> | Manaus, Brasil.

Eixo temático: Diversidade e Inclusão na Ciência

Modalidade: Resumo expandido

DOI: 10.22477/ix.ebbc.281

Resumo: Examina os possíveis impactos das ações afirmativas para educação indígena na geração do conhecimento científico por pesquisadores de povos originários da região Norte brasileira. Objetiva compreender os mecanismos implícitos à cronologia da geração do conhecimento científico por pesquisadores indígenas oriundos da região Norte brasileira. Constitui um estudo bibliométrico, com 168 alunos da pós-graduação. A extração dos dados das produções científicas foram retirados da Plataforma Lattes, submetidos ao *software* VOSviewer para criação de grafos que mostra a temporalidade das publicações. Conclui que as ações afirmativas, enquanto política pública, podem ter influenciado na produção dos intelectuais indígenas nortistas.

Palavras-Chave: Intelectuais indígenas. Políticas educacionais. Produção nortista.



1 INTRODUÇÃO

O conhecimento indígena envolve corpo de saberes, práticas e crenças acumuladas ao longo do tempo por um grupo de pessoas que vivem em contato próximo, ao longo de gerações, com o meio ambiente e suas experiências históricas (Adam, 2010). Tais saberes nascem e se irradiam no chão batido da aldeia, expressando verdades e visões próprias dos povos indígenas.

Agrawal (1995, p. 413), defende que as discussões acadêmicas caracterizaram o conhecimento indígena como um recurso significativo para a evolução, contudo, apesar do inegável crescente valor, reconhecimento e valorização para as comunidades locais nos países em desenvolvimento, estudos mostram que ele sempre foi subvalorizado e/ou desconsiderado, além de ser visto como não funcional pelos proponentes da ciência ocidental (Kalolo, 2022).

Para alterar este quadro e constituir saberes a partir da visão de mundo particular, observa-se que a presença indígena nas instituições de ensino superior no Brasil, vem ao longo dos anos, se ampliando de forma significativa seja por meio da vivência nos ambientes da graduação ou da pós-graduação, o que assevera aos povos originários o protagonismo na interlocução com a sociedade, ocupando espaços para assegurar o atendimento às suas demandas, sendo esta presença um projeto coletivo que reflete os anseios e objetivos das comunidades (Bergamaschi, 2015).

A partir dessas reflexões pode-se ponderar que esta produção de saberes possui aspectos singulares de funcionamento, dinâmica e interação entre os diferentes atores do complexo ambiente acadêmico, fazendo emergir o interesse em investigar esse movimento da produção científica desses intelectuais indígenas, suas áreas de interesses, se eles estabelecem relações de coautoria com seus pares e se essa produção reflete o transpasso temporal das políticas de educação indígena constituídas a partir da Constituição Brasileira de 1988.

A pesquisa em tela objetiva compreender os mecanismos implícitos à cronologia da geração do conhecimento científico por 168 pesquisadores indígenas oriundos da região Norte brasileira e que estão vinculados à pós-graduação. Para isso, inicialmente é apresentada uma breve reflexão teórica sobre a intelectualidade indígena e as políticas educacionais indígenas para destacar, posteriormente a trajetória metodológica eleita, seus resultados e as conclusões obtidas.

2 INTELECTUALIDADE INDÍGENA

Na acepção de Nascimento (2017), o intelectual indígena pode ser definido como alguém que possui tanto o conhecimento tradicional da oralidade, de métodos ancestrais, quanto o conhecimento ocidental, que tem status de científico. Ao ingressar nas universidades, os intelectuais promovem novas discussões e debates sobre como enxergar o conhecimento a partir de diferentes pontos de vista e culturas (Rodrigues, 2019, p. 34). Esta definição é corroborada pelas reflexões de Baniwa (2009) que para ser um “intelectual indígena” não significa necessariamente ser escolarizado ou intelectualizado no campo acadêmico como a denominação indica.

No que pese a questão exposta, esta denominação pode não ser a mais adequada, contudo, esta

pesquisa assume que ela personifica os indígenas que frequentam a universidade e formam-se intelectuais na perspectiva acadêmica, e o intelectual orgânico, no sentido gramsciano, comprometido com seu grupo social, com seu povo, sua comunidade e suas lutas. Neste contexto, é tácito afirmar que os intelectuais indígenas constroem uma produção científica composta de artigos, monografias, dissertações e teses, dentre outros, que expressam suas reflexões, legitimando os saberes científicos corroborados especialmente pelo ambiente acadêmico da pós-graduação.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS INDÍGENAS: AS AÇÕES AFIRMATIVAS

A política educacional indígena brasileira é baseada e amparada por diversas normas e legislações que reconhecem o direito a uma educação de qualidade aos indígenas. Pode-se inferir que tais conquistas tiveram seu início com a Constituição Federal (1988), na qual em seu Art. 231 diz que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 1988, Art. 231).

Importante destacar que além da Constituição Federal de 1988 outras normativas foram instituídas com o intuito de amparar e efetivar uma política de formação indígena diferenciada. Dentre elas se destacam, conforme Castro e Gonçalves (2022, p. 1068-1069):

[...] o Decreto n. 26, de 1991, que dispõe sobre educação indígena no Brasil; Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei n. 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'; Decreto n. 6861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências; Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre ações afirmativas para afrodescendentes e indígenas; Decreto n. 7747/2012, que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; Resolução CEB/CNE n. 05/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; Portaria MEC n. 389/2013, que cria o Programa Nacional de Bolsa Permanência para estudantes de graduação ingressantes em universidades e institutos federais; Portaria MEC n. 1.062/2013, que institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE.

Este amplo arcabouço legal oferece maior amparo a formação básica, sendo necessário, como destaca Paladino (2016), que a população indígena possua também garantias de acesso e permanência com sucesso no ensino superior. Neste sentido, políticas estabelecidas por meio de ações afirmativas, foram direcionadas para a formação em nível superior, a saber: (i) o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), que não se constituiu em uma política permanente e teve editais lançados em 2005, 2008 e 2009 para estimular a oferta de curso na área das Licenciaturas Interculturais, formando até 2011, 2.620 indígenas (Wenczenovicz; Baez, 2016) e a (ii) Portaria Normativa nº 13 de 2016, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na Pós-graduação (Brasil, 2016).

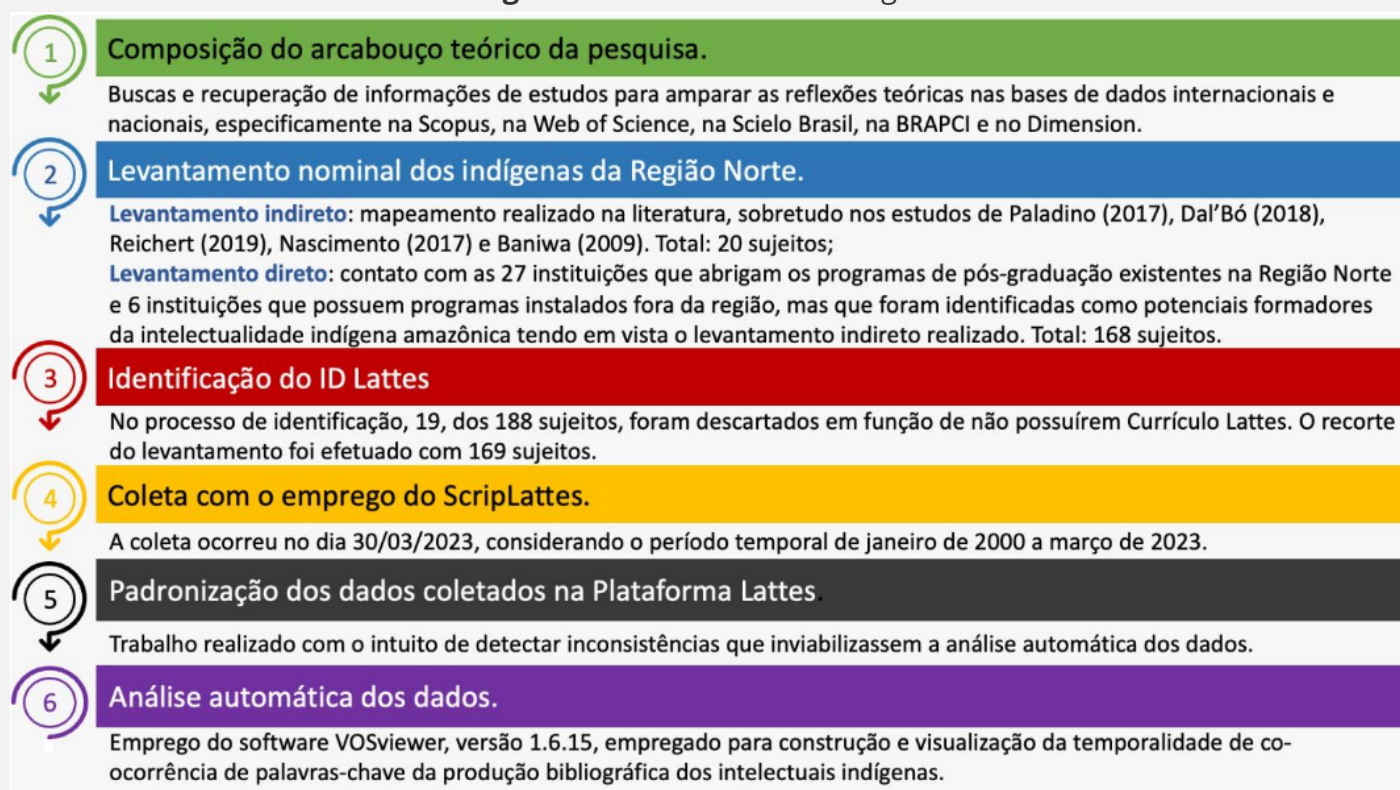
Venturini e Penido (2022), destacam que desde 2002, programas de pós-graduação de universi-

dades públicas brasileiras começaram a adotar ações afirmativas para seus processos de admissão e, como resultado de sua pesquisa realizada a partir da análise dos editais de seleção de programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas publicados até janeiro de 2018, dos documentos disponibilizados pelos programas e universidades e das entrevistas semiestruturadas com coordenadores de alguns programas, conclui que os impactos foram mais amplamente sentidos dos programas da área de Ciência Humanas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, utilizando procedimentos metodológicos de coleta e padronização dos dados para a geração de gráficos, ao qual foi desempenhada uma análise para compreender se às políticas públicas educacionais contribuem para a ingressão dos povos indígenas nas Instituições de Ensino Superior. A pesquisa foi executada considerando as seguintes etapas dispostas na Figura 1.

Figura 1 - Percurso metodológico.



Fonte: Os autores (2024).

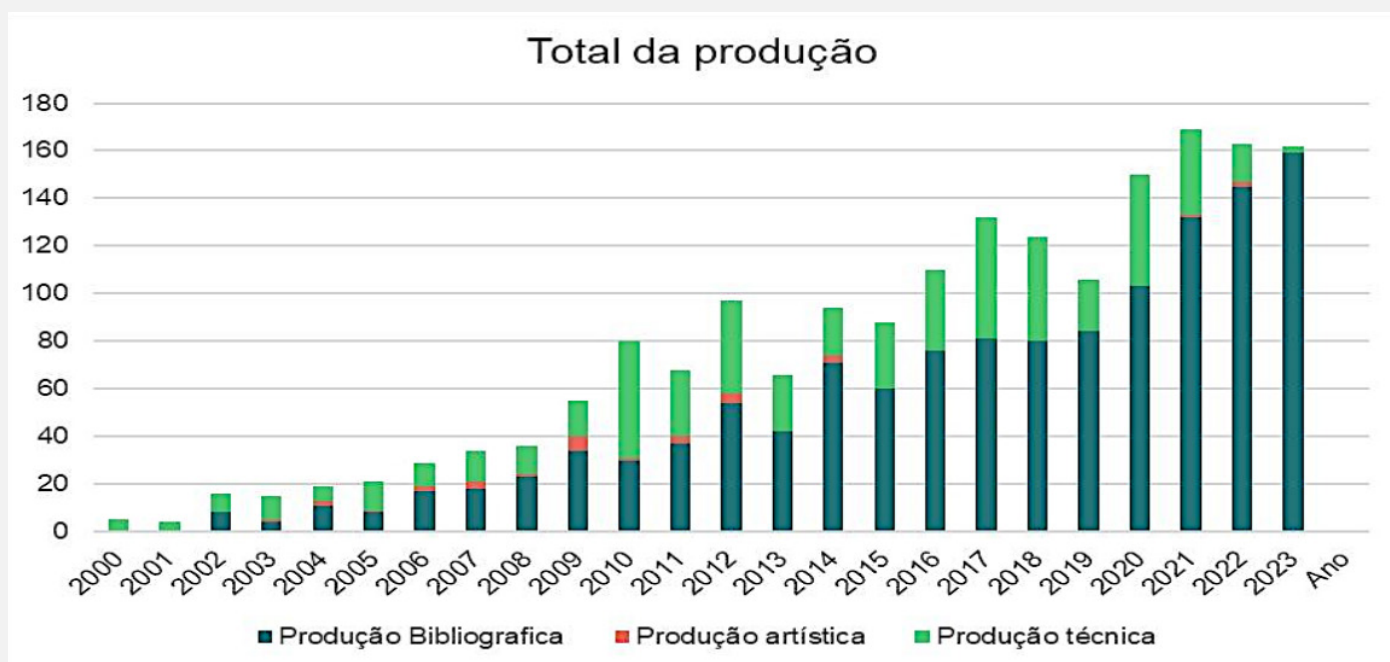
A partir da execução das etapas descritas da Figura 1, foi possível delinear as análises dos dados obtidos.

5 RESULTADOS

As análises a seguir buscam apresentar, compreender e interpretar os dados coletados, tendo

como base temporal o período entre 2000 à 2023.

Gráfico 1 – Gráfico da produção bibliográfica, artística e técnica dos intelectuais indígenas da região Norte (2000 – 2023).



Fonte: Os autores (2024).

Pelo exposto no Gráfico 1 é possível inferir que os intelectuais indígenas possuem no período uma concentração maior nas produções bibliográficas, seguida das técnicas e em um número menor nas estatísticas que, em alguns anos, não apresentou incidência.

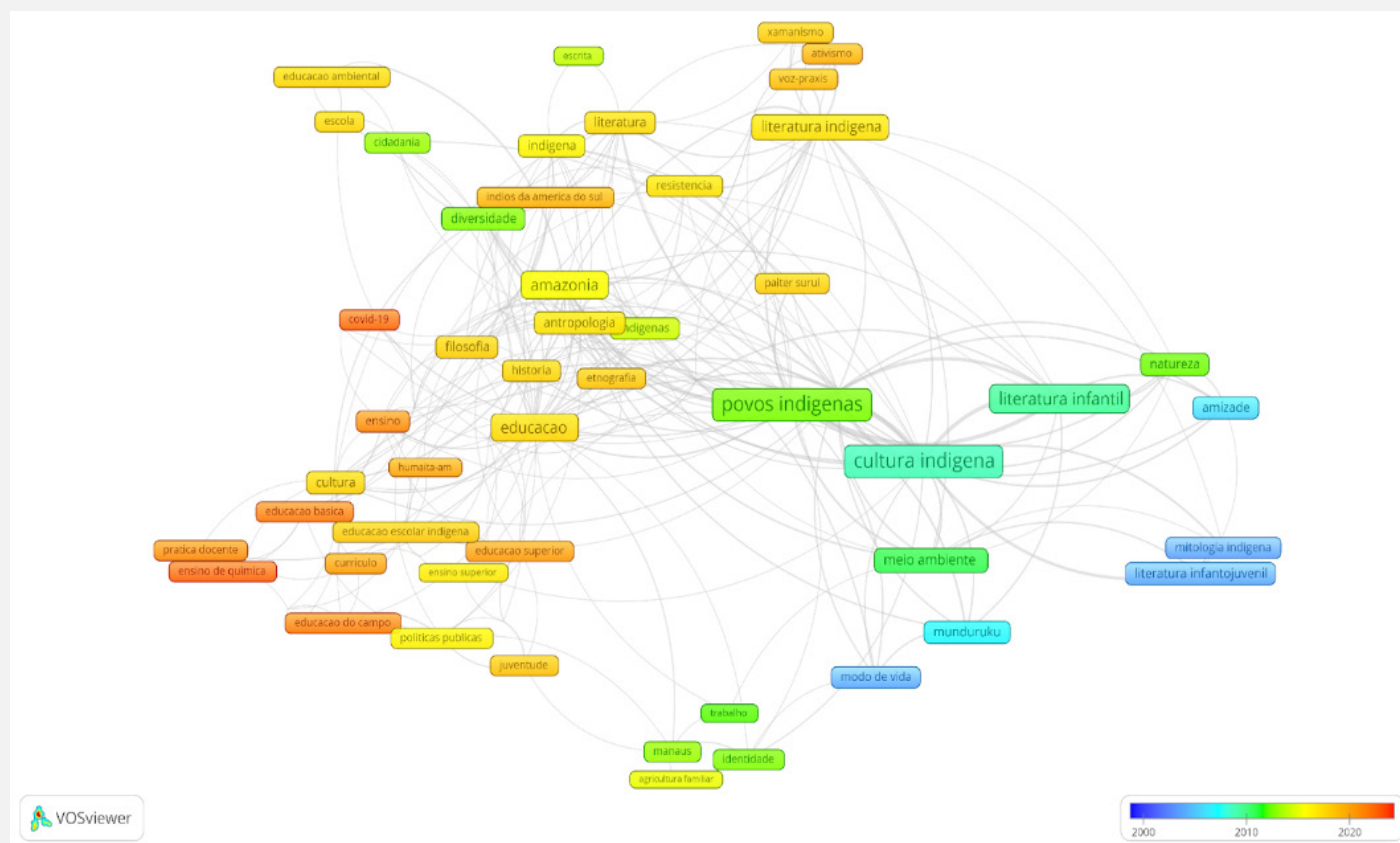
No que pese a primeira legislação sobre educação indígena ser de 1999, como destacado, observa-se que há uma maior produção a partir de 2009, o que pode ser reflexo das políticas de ação afirmativa como o Prolind, iniciado em 2005 com as primeiras turmas formadas em 2008, e das ações afirmativas inseridas pelas universidades públicas brasileiras desde 2002, como destacado pela literatura. É tácito afirmar que a partir da formação em nível superior das turmas iniciais, os indígenas passaram a ingressar nos programas de pós-graduação, refletindo na produção que segue nos anos posteriores.

Observa-se ainda que há uma elevação e a manutenção nos níveis de produção, especialmente as bibliográficas, a partir de 2016 quando uma nova ação afirmativa voltada para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, foi constituída através da Portaria Normativa nº 13 de 2016 do Ministério da Educação (Brasil, 2016).

No Gráfico 1, ainda é possível observar que as produções dos intelectuais indígenas registradas na Plataforma *Lattes*, se fortalecem com o passar do tempo atingindo um maior volume em 2021. Desta forma, pode-se inferir que as ações afirmativas criadas na esfera pública para incentivar o ingresso da população indígena possivelmente influenciou nessa produção, uma vez que, como destaca o Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap), 54,3%, dos 1.531 programas de pós-graduação acadêmicos existentes no país adotam algum tipo de ação afirmativa em seus processos de admissão de estudantes de mestrado e doutorado (Venturini; Penido, 2022).

Para dimensionar as temáticas abordadas na produção no transcorrer do tempo, o Gráfico 2 foi composto com o intuito de avaliar sobre os interesses e preocupações refletidas na produção bibliográfica.

Gráfico 2 – Temporalidade de co-ocorrência de palavras-chave da produção bibliográfica dos intelectuais indígenas (2020-2023).



Fonte: Os autores (2024).

Observa-se no Gráfico 2 que a segmentação por tipo de publicação e subdivisão por áreas do conhecimento apresenta um emaranhado de conexões. Os temas retratam estudos relacionados a etnografia, cosmologia, povos indígenas, indigenismo, modo de vida. Nota-se que há uma preocupação inicial em refletir sobre o modo de vida e as mitologias na perspectiva de registrar práticas do cotidiano e evolui para reflexões mais amplas como educação sob os mais variados aspectos e olhares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da pesquisa possibilitou compreender a forma como os indígenas pesquisadores interagem e se relacionam com as especificidades relativas a cada contexto de interesse de suas produções, que refletem o conjunto de saberes compostos pela sua cosmovisão subjetiva de ver e entender o mundo, os papéis individuais e sociais que compõe o universo de temas abordados na produção científica revelada pelo estudo.

Considera-se que o levantamento e análise dos dados são muito tímidos, necessitando deste modo, um maior estudo sobre a temática em questão. Pode-se inferir que a presença indígena nas universida-



des brasileiras pode contribuir e, se faz necessária a autorreflexão em torno das práticas pedagógicas e o papel social da universidade.

Observa-se, pelos dados coletados e pelos elementos dispostos na revisão de literatura, que há um significativo aumento na produção dos intelectuais indígenas, sobretudo após a inserção de ações afirmativas na pós-graduação ocorridas desde 2002 (Venturini; Penido, 2022) em função da percepção particular de cada programa, mas incrementadas com maior vigor a partir de 2016 (Brasil, 2016).

No que diz respeito aos dados da região Norte, é oportuno destacar que os dados da Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap) (Venturini; Silva, 2023), apontam que os indígenas são os principais beneficiários das resoluções publicadas até abril de 2023 que regulamentam as ações afirmativas nos programas de pós-graduação. Tal dado corrobora para o entendimento de que a produção bibliográfica, artística e técnica dos intelectuais indígenas da região Norte brasileira sofreu influência das políticas públicas.

Infere-se ainda que os intelectuais indígenas apresentam uma diversidade de temas pelos quais têm interesse e corroboram para o desenvolvimento da ciência e do entendimento de sua realidade.

Ampliar as análises sobre os dados levantados ainda é necessário para promover maior entendimento sobre as especificidades da produção intelectual dos indígenas das etnias nortistas do Brasil, possibilitando compreender seus interesses, as estruturas e relacionamentos compostos entre esses atores para inserir as especificidades de sua cultura no mundo ocidentalizado.

REFERÊNCIAS

ADAM, Lishan. **Information and Communication Technologies, Knowledge Management and Indigenous Knowledge: implications to Livelihood of communities in Ethiopia**. 2010. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:15193803>. Acesso em: 3 fev. 2024.

AGRAWAL, Arun. Dismantling the Divide Between Indigenous and Scientific Knowledge. **Development And Change**, United Kingdom, v. 26, n. 3, p. 413-439, jul. 1995. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7660.1995.tb00560.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.1995.tb00560.x>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BANIWA, Gersem. Indígenas no Ensino Superior: novo desafio para as organizações indígenas e indianistas no Brasil. In: SMILJANIC, Maria Inês; PIMENTA, José; BAINES, Stephen Grant (org.). **Faces da Indianidade**. Curitiba: Nexo Design, 2009. Cap. 8. p. 187-202. Disponível em: https://www.academia.edu/224306/Faces_da_Indianidade. Acesso em: 3 fev. 2024.

BERGAMASCHI, M. A. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. **Tellus**, Campo Grande, n. 26, p. 11-29, 2015. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/297>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988322142publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 fev. 2024.



BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, edição: 90, p. 47, 12 maio 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 3 fev. 2024.

CASTRO, Kasandra Conceição; GONÇALVES, Rita de Cássia. Política Educacional Indigenista Brasileira: contradições e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1062-1078, abr./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14354>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14354>. Acesso em: 3 fev. 2024.

KALOLO, John Fungulupembe. Promoting Indigenous Science in the Realm of Modern Science in Developing Countries. **Thinking Skills and Creativity**, Netherlands, v. 45, set. 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187118712200061X>. Acesso em: 3 fev. 2024.

NASCIMENTO, Mirthis Elizabeth Costa do. **Intelectualidade Indígena no Brasil:** o mapa da questão. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/34805>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PALADINO, Mariana. Uma análise da produção acadêmica de autoria indígena no Brasil. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.). **A educação superior de indígenas no Brasil:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016. p. 95-122. Disponível em: http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?-codigo_produto=2726. Acesso em: 3 fev. 2024.

RODRIGUES, Uisllei Uillem Costa. **O que você veio fazer na sala de aula?:** intelectuais indígenas brasileiros e a educação. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://ppged.propesp.ufpa.br/arquivos2/File/INTELECTUAIS.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2024.

VENTURINI, Anna Carolina; PENIDO, Hanna. Ações afirmativas na pós-graduação: panorama das políticas adotadas por programas acadêmicos de universidades públicas em 2021. **Boletins do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap)**, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Boletim-Obaap-n.1_Ac%CC%A7o%CC%83es-afirmativas-na-po%CC%81s-graduc%CC%A7a%CC%83o-em-2021_.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

VENTURINI, Anna Carolina; SILVA, Emili Senra da. **Guia básico de ações afirmativas na pós-graduação.** Versão completa. [Rio de Janeiro]: Obaap, 2023. 59 p. Disponível em: https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Manual_Guia-AA-na-PG_Completo.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; BAEZ, Narciso Leandro Xavier. Direitos Fundamentais, Educação Indígena e Identidade Emancipatória: reflexões acerca de ações afirmativas no Brasil. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 95-107, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1271>. Acesso em: 16 fev. 2024.